

UMA DECLARAÇÃO INTER-RELIGIOSA SOBRE O COMÉRCIO E OS INVESTIMENTOS.

*Aprovada pelo Interfaith Working Group on Trade and Investment
(Grupo Inter-religioso sobre Comércio e Investimentos)*

INTRODUÇÃO:

Numa época de integração e interdependência econômicas crescentes entre as nações e os povos do mundo, a escalada das iniquidades globais salta aos olhos. Enquanto a tecnologia e outros avanços tornaram possível para certos segmentos da humanidade chegar a uma prosperidade material sem precedentes, um imenso número de pessoas ficou atolado na pobreza, na fome e na doença. No meio das disparidades e injustiças crescentes entre e dentro das nações, os governos e as instituições econômicas internacionais buscam cada vez mais políticas econômicas orientadas para o mercado, especialmente para a expansão do comércio e do investimento financeiro internacional. Esta abordagem tão limitada da economia muito frequentemente serviu para agravar esses problemas. Nós vemos a necessidade de uma compreensão muito mais ampla e holística da atividade econômica humana.

É nossa convicção, como membros de diversas comunidades de fé, que princípios morais e espirituais podem oferecer orientação na busca de medidas práticas para abordar as questões profundamente éticas levantadas pelo comércio e pelos investimentos internacionais. Neste espírito, propomos os cinco princípios seguintes, cada um deles acompanhado por nossas observações e visões para o futuro. Estes princípios aplicam-se a todos os atores, públicos e privados, engajados no comércio e nos investimentos internacionais. Nós cremos que a adoção desses princípios ajudará as pessoas, em toda parte, a reformular as transações econômicas e os investimentos de modo a que eles apontem para a meta de uma sociedade humana mais justa, mais sustentável e mais próspera.

PRINCÍPIOS:

1. Os sistemas internacionais de comércio e investimentos deveriam respeitar e apoiar a dignidade da pessoa humana, a integridade da Criação, e nossa humanidade comum.

Todos os seres humanos, sem qualquer distinção, foram dotados por Deus com uma intrínseca e inalienável qualidade de dignidade. Este princípio de dignidade humana, tão fundamental para nossas tradições de fé, exige que o comércio e os investimentos internacionais respeitem e coloquem os direitos e as necessidades dos povos acima dos princípios de mercado. É nossa convicção comum que nós devemos respeitar a integridade da Criação de Deus e que, portanto, o mundo natural, com toda a sua riqueza e diversidade, não pode ser sacrificado à visão miope daqueles que têm o lucro como única motivação.



FLint Voice/OPF

Cremos firmemente que todos os seres humanos constituem um só povo, responsável pelo mútuo cuidado e respeito. Se um segmento da sociedade humana está sofrendo, toda a humanidade sofre. O reconhecimento e a aceitação de nossa comum humanidade nos tornará capazes de modelar o comércio e os investimentos internacionais para avançar tendo como meta uma sociedade humana mais justa, equitativa e próspera.

Observamos:

- Uma economia global que muito freqüentemente enfatiza o mercado e o lucro acima de considerações humanas tais como o bem-estar dos trabalhadores, das comunidades e do ambiente natural;
- A crença, sem nenhuma garantia, de que o mercado, por si mesmo, pode efetivamente responder às necessidades dos povos empobrecidos e daqueles que são mais vulneráveis;
- Atividades de comércio e investimentos empreendidas com base na suposição falsa de que os recursos naturais são inesgotáveis e podem ser explorados sem limites;
- Atividades dos atores econômicos internacionais que violam direitos humanos e trabalhistas internacionais e convenções sobre meio ambiente.

Nossa visão para o futuro:

Relações de comércio e investimento que protejam e promovam a dignidade da pessoa humana, assegurem o desenvolvimento e o bem-estar dos povos de todas as nações, e que garantam o ambiente natural da terra em toda a sua bondade e diversidade para as gerações presente e futuras.

2. As atividades comerciais e financeiras internacionais deveriam promover o bem comum e ser avaliadas à luz de seu impacto sobre aqueles que são os mais vulneráveis.

Para que as práticas comerciais e financeiras incrementem o bem estar dos povos, as empresas privadas deveriam promover a justiça distributiva, o desenvolvimento humano sustentável, a proteção ambiental e o alívio da pobreza. Comércio e investimentos deveriam também ajudar as sociedades a responder às necessidades sociais, tais como moradia segura, saúde e educação, e a realizar os benefícios das descobertas científicas, das culturas e das heranças espirituais. Entre as populações empobrecidas do mundo, as mulheres e as crianças são quase sempre os mais vulneráveis.

Observamos:

- Crescente desigualdade entre os povos ricos e os empobrecidos.
- Crescente deterioração da saúde e do bem-estar dos povos pobres do mundo;
- Crescente concentração dos empobrecidos em determinadas regiões do mundo.
- Uma tendência à exploração e mercantilização da natureza., dos povos e de suas culturas;
- Um tráfico de armas que constitui parte integrante da economia global;
- Comércio e investimentos que às vezes resultam no deslocamento forçado das populações;
- Algumas instâncias nas quais o comércio e os investimentos melhoraram o bem-estar de gente empobrecida, ajudando a oferecer empregos significativos e melhores condições de vida.

Nossa visão para o futuro:

Relações comerciais e financeiras que mantenham princípios de justiça social e econômica, valorizem o bem estar material e espiritual de todos (através de meios como a distribuição equitativa, relações de trabalho decentes, e emprego significativo) e que promovam o avanço das mulheres no desenvolvimento social e econômico.

3. Políticas internacionais de comércio e investimento deveriam ser transparentes e incluir uma participação significativa dos envolvidos mais vulneráveis.

Para que as práticas de comércio e investimentos promovam o bem comum, são essenciais a transparência do processo, a significativa participação dos afetados na tomada de decisões, e o empoderamento dos mais vulneráveis. A transparência exige que todos os participantes tenham suficiente conhecimento dos assuntos, regras e procedimentos e outros elementos vitais no processo de tomada de decisões.

Todos os envolvidos deveriam poder apresentar suas opiniões e percepções para ajudar a determinar, implementar e avaliar políticas. Os que são mais vulneráveis incluem comunidades de pessoas comuns que frequentemente carregam o peso das conseqüências negativas das transações e investimentos. Uma participação significativa implica no fortalecimento de atores e economias locais; requer a transformação das relações de poder para criar oportunidades para que os mais vulneráveis participem plenamente como interessados na questão.

Observamos:

- Que Estados industrializados e instituições globais frequentemente tomam decisões e debatem políticas sem a plena participação dos afetados;
- Que se nega a participação às mulheres nas decisões sobre comércio e investimentos, ainda que elas contribuam significativamente para a economia local e sejam as que mais sofrem os efeitos adversos dessas decisões;
- Que há uma evolução da participação da sociedade civil e dos povos de fé num significativo diálogo com organizações governamentais e inter-governamentais sobre aspectos éticos do comércio e dos investimentos.

Nossa visão para o futuro:

Instituições internacionais e processos políticos que incorporem a participação equitativa e o empoderamento de todos os envolvidos e atingidos, especialmente os países do Sul globalizado, seus povos e comunidades; instituições regionais efetivas que incrementem opções locais e regionais de comércio e investimento; estruturas locais e nacionais transparentes e submetidas à prestação de contas pública, através das quais os cidadãos e organizações da sociedade civil possam participar significativamente das decisões que afetam suas vidas e seus meios de vida; e economias que valorizem a sustentabilidade, a dignidade humana, a equidade e a comunidade.

4. Os sistemas internacionais de comércio e investimento deveriam respeitar o papel legítimo dos governos para estabelecer, em colaboração com a sociedade civil, políticas relativas ao desenvolvimento e bem-estar de seus povos.

Governos existem para servir às necessidades da sociedade. Eles têm um papel essencial na definição de prioridades e na tomada de decisões sobre comércio e investimentos para promover o bem comum. A sociedade civil, por sua vez, tem o direito de expressar suas opiniões a respeito das necessidades da sociedade, buscá-las através de políticas públicas, e de todas as maneiras participar nas decisões que afetem a justiça social, econômica e ambiental.

Observamos:

- Regimes de comércio e investimento que minam as prerrogativas dos governos nacionais na tomada de decisões, em detrimento das culturas e economias locais;
- Instituições multilaterais e governos nacionais que frequentemente marginalizam a sociedade civil das decisões sobre comércio e investimentos;

- Instituições multilaterais que freqüentemente pressionam os governos para priorizar as necessidades do mercado em detrimento das necessidades do povo e do ambiente;
- Regras de comércio internacional que impedem os governos e a sociedade civil de exigir prestação de contas por parte das companhias transnacionais.

Nossa visão para o futuro:

Instituições internacionais que respeitem o direito dos governos estabelecerem políticas que garantam o bem-estar social e econômico de seu próprio povo; colaboração efetiva entre a sociedade civil, governos e instituições internacionais para formular modos de comércio e investimento internacional que realmente nos conduzam a uma sociedade humana próspera e justa, e para criar mecanismos de controle que garantam que as companhias transnacionais sirvam ao bem comum.

5. Os sistemas internacionais de comércio e investimento deveriam salvaguardar o patrimônio global e respeitar os direitos das comunidades locais de proteger e desenvolver sustentavelmente seus recursos naturais.

O patrimônio comum global inclui os sistemas e ciclos naturais compartilhados que sustentam, por toda parte, o funcionamento dos ecossistemas. Eles são um componente essencial da herança coletiva da humanidade. Todas as nações e povos, incluindo os agente econômicos, têm uma responsabilidade conjunta de proteger e conservar essa herança. Comércio e investimentos deveriam ser conduzidos com vigilância e precaução, especialmente quando é incompleto o conhecimento científico sobre os potenciais perigos de tais atividades para o patrimônio global. Comércio e investimentos deveriam respeitar estritamente o direito e a responsabilidade dos povos e comunidades em manter o patrimônio comum através do uso sustentável de seus recursos locais e tradicionais.

Observamos:

- Padrões dominantes de produção e consumo que freqüentemente têm ação devastadora sobre o meio ambiente, causam o esgotamento dos recursos e a extinção de espécies vivas;
- Atividades humanas que freqüentemente sobrecarregam os sistemas sociais e ecológicos;
- Comunidades locais que correm o risco de não poder beneficiar-se completamente de seus recursos naturais, inclusive nos campos da saúde e alimentação, devido aos sistemas internacionais de patentes.

Nossa visão para o futuro:

Sistemas internacionais de comércio e investimento que salvaguardem o patrimônio comum global, os recursos naturais e a bio-diversidade, recompensem a sustentabilidade, incluam os custos ambientais e sociais na determinação dos preços de bens e serviços, e reconheçam que cada forma de vida tem seu valor intrínseco e pertence à nossa herança global.

*Trad. para o português: Maria Valéria Rezende : valeria@iname.com
julho 2001*